

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

5. Proposta de Instrumentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2024: Demonstrações orçamentais previsionais e Mapa de Pessoal para o período de 2024/2028

DECLARAÇÃO DE VOTO

O PCP vota contra a proposta de orçamento apresentada pelo +MPM porque, no essencial, se trata, uma vez mais, de uma proposta de orçamento que não dá resposta às imensas necessidades deste Concelho.

Uma proposta de orçamento cuja receita, em 2024, ascende a 36.734.682 euros, tem o peso de **82% de despesas correntes e 18% para investimento**, é muito menos do que os marinhenses precisam e merecem.

Aliás, esta é uma proposta de orçamento que espelha a visão do +MPM, que impõe uma espécie de gestão empresarial, mesmo que isso resulte, como se tem verificado, numa manifesta insuficiência de resposta no desenvolvimento do Concelho e na resolução dos problemas concretos dos marinhenses, vieirenses e moitenses.

Uma proposta de orçamento que, mais uma vez, faz da introdução do saldo de gerência as suas “costas largas”, e que, ano após ano, prossegue vazio: vazio de ideias e vazio de concretização, demonstrativa de uma total ausência de estratégia governativa para o Concelho e um verdadeiro “navegar à vista”...

A proposta de orçamento ora apresentada, não responde às necessidades de investimento na Habitação Social e na recuperação do património da autarquia (designadamente mais de 60 casas que estão fechadas e que poderiam estar a ser habitadas); continua sem acautelar a elaboração da Carta Municipal de Habitação, que daria resposta à dinamização do mercado de arrendamento a custos acessíveis e controlados.

No campo da mobilidade, continua sem prever nenhuma solução ao nível de variantes externas, nem que seja um estudo para esse efeito, a proposta de Centro de Transportes Intermodal, que articule com o terminal ferroviário, já que a verba está inscrita, não existiu, o que demonstra que não há prioridade dada a este assunto; não há verba que acautele a valorização e reabilitação do Centro Histórico; não há verba para as piscinas municipais ou patinódromo; não há verbas para o Movimento Associativo Popular.

As verbas transferidas para as Juntas de Freguesia deixam clara a opção de não alargamento das competências das mesmas, além dos valores já de si serem manifestamente insuficientes para um serviço de qualidade às respectivas populações, e o executivo +MPM, tendo esta noção clara, foi isto que veio apresentar, numa lógica de não delegar nas Freguesias competências e verbas que permitiriam que as Juntas, mais próximas como estão das suas populações, lhes prestassem um melhor serviço. Este Executivo +MPM tem sistematicamente governado de costas voltadas para as freguesias.

Ao nível das propostas sociais, de apoios no âmbito do fundo municipal, ou no apoio aos projectos de emancipação de jovens, a proposta de orçamento ignora profundamente a realidade social que atravessamos.

No campo do desenvolvimento económico outro vazio: não há verba para o alargamento das zonas industriais, ou para a suas circulares externas, ou para novas zonas. E o mercado Municipal? Estavam contra a sua construção na oposição, e continuam contra agora, aparentemente.

E o canil municipal? Não é também uma urgência?

Não obstante a inclusão de pontos que também constam do programa autárquico da CDU – falamos concretamente da Albergaria Nobre, da Creche da Ivima e do saneamento básico – este é, na globalidade, um orçamento que não serve o povo do Concelho. Acresce que conhecemos a incapacidade de concretização e a falta de compromisso do +MPM, com ou sem o apoio do PS, com o que está inscrito no orçamento.

Relembramos que o +MPM votou contra quase todos os orçamentos nos 8 anos que foi oposição, e nisso nunca encontrou drama. Antes pelo contrário! É bem conhecida a posição pública do então vereador Aurélio Ferreira, na Oposição, argumentando que a atitude correcta era mesmo esse voto contra, era mesmo bom que o orçamento não passasse! Rejeitamos, também, por isso, qualquer linha de chantagem sobre a governabilidade da Autarquia!

Aliás, o que se pode dizer é que, se há quem agora vira o “bico ao prego”, esses são os vereadores que foram eleitos nas listas do PS e que, até agora, foram, no conteúdo e na forma, a bengala desta política de direita e prejudicial ao nosso Concelho.

Tal como aqui dissemos no ano passado, o que se impõe é uma política municipal que coloque no centro das opções os interesses das populações e o desenvolvimento do Concelho, mobilizando os meios e as forças disponíveis nos trabalhadores da autarquia, no Movimento Associativo Popular, nas empresas e nas populações.

O PCP e a CDU pugnam pelo desenvolvimento do Concelho e os marinhenses contam que assim seja, e por isso vota contra a proposta de orçamento do +MPM para 2024.

Marinha Grande, 30 de Novembro de 2023
As Vereadoras eleitas pela CDU na Câmara Municipal da Marinha Grande

(Alexandra Dengucho)

(Lara Lino)